

BOLETIM DO SISTEMA CFB/CRB

Ano 7 - Edição 64



Requerimento do Senado propõe as bases legais para a conceituação de biblioteca

Destacamos o Requerimento nº 75, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para a convocação da Audiência Pública, no dia 10 de abril de 2014 às 10h, com o objetivo de criar as bases legais para a conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências.

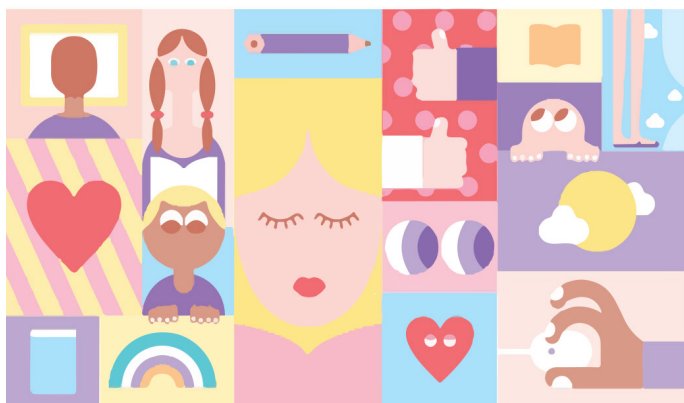
Para tanto, foi requerida a presença dos seguintes convidados:

- Prof. Dr. José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do Programa Nacional do Li-

vro e da Leitura, do Ministério da Cultura;

- Sra. Regina Céli de Sousa, Bibliotecária e Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia;
- Prof. Dra. Angélica C.D. Miranda, Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (RS);
- Pro. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Campus de Marília (SP); e na emenda do requerimento:
- Profa. Dra. Maria Alice de Guimarães Borges, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB.

Confira a mensagem enviada aos bibliotecários pelo seu dia:



Queridos **bibliotecários(as)**,

Dia 12 de março é um dia muito especial para nós, profissionais que, de forma ética e competente, contribuímos para o desenvolvimento cultural e social, por meio do acesso à informação e ao conhecimento.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB agradece a todos pela colaboração na concretização da profissão e pelo valioso trabalho realizado.

Parabéns **Bibliotecários e Bibliotecárias!!**

Regina Céli de Sousa
Presidente do CFB
CRB/8-2385



VEM AÍ OS SEMINÁRIOS REGIONAIS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS E ÉTICA PROFISSIONAL

Começam em maio os seminários regionais definidos pelas Comissões de Ética e de Bibliotecas Escolares e Públicas do CFB. Divididos em dois temas: Seminário Regional em Bibliotecas Escolares e Públicas: da barbárie ao compromisso ético, social e político; e Seminário Regional em Ética Profissional: civilização e barbárie e a mediação da ética profissional, os eventos fazem parte da programação do Plano de Metas e Ações para o ano de 2014. A meta é elaborar um documento que possa subsidiar a proposta de políticas públicas no âmbito das bibliotecas escolares e públicas e a reformulação do Código de Ética Profissional do bibliotecário brasileiro.

Confira a programação:

1º Seminário
Amazonas/Manaus – Região Norte. Período de realização: maio de 2014

2º Seminário
João Pessoa/Paraíba – Região Nordeste. Período de realização: julho de 2014

3º Seminário
Curitiba/Paraná – Região Sul. Período de realização: setembro de 2014

4º Seminário: Belo Horizonte/Minas Gerais – Região Sudeste. Período de realização: novembro de 2014

Em prol do Bibliotecário e da Sociedade



Regina Céli de Sousa
Presidente do CFB

documentos e com instituições.

No mês de maio iniciaremos os seminários regionais definidos pelas Comissões de Ética e de Bibliotecas Escolares e Públicas do CFB, divididos em dois temas: Seminário Regional em Bibliotecas Escolares e Públicas: da barbárie ao compromisso ético, social e político; e Seminário Regional em Ética Profissional: civilização e barbárie e a mediação da ética profissional. Eles serão realizados em Manaus, Recife, Curitiba e Belo Horizonte.

Destacamos a parceria com o Ministério da Saúde para que os bibliotecários acessem o Portal Saúde Baseada em Evidências. Por meio dele, é possível ter acesso rápido ao conhecimento científico com publicações atuais e sistematicamente revisadas, providas de evidências científicas.

Apresentamos a íntegra do "MANIFESTO NACIONAL EM DEFESA DAS BIBLIOTECAS", elaborado pelo CFB e aprovado por todos os Conselhos Regionais de Biblioteconomia e pelos Conselhos de outras profissões, durante evento da Associação dos Conselhos Profissionais – ASCOP. Esse

documento foi encaminhado para os deputados, senadores, secretários de educação, governadores e a Presidente da República, pela presidente do CFB e pelo presidente da ASCOP.

Divulgamos as proposições e assuntos de interesse da profissão, dos profissionais e dos Conselhos de Biblioteconomia que a assessoria parlamentar e comissão parlamentar estão acompanhando no Congresso nacional.

Merece destaque a parceria com o INEP/MEC na elaboração do novo instrumento de avaliação de bibliotecas universitárias.

Emitimos, em dezembro, nota à imprensa defendendo a obrigatoriedade do diploma de bacharel e o registro profissional no Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) para exercer a profissão de bibliotecário. O que motivou o comunicado foi a informação veiculada pela mídia de que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado a 10 anos em regime fechado na Ação Penal 470, entrou com pedido para trabalhar fora da prisão, como organizador da biblioteca de um escritório de advocacia em Brasília.

A atual gestão do Conselho Federal participou e tem participado de vários eventos da área ou relacionados com a área para apresentar a missão e o trabalho realizado pelo CFB.

Ressaltamos a importância da parceria com a Biccateca na confecção e distribuição de brindes para os bibliotecários.

O Sistema CFB/CRB agradece o apoio e colaboração de todos para concretização das atividades realizadas e ressalta que a união de esforços é fundamental para a promoção e valorização do trabalho bibliotecário.

16ª GESTÃO DO CFB



Raimundo Martins de Lima, Francisca Rosaline Leite Mota, Sandra Maria Dantas Cabral, Maria Raimunda de Sousa Sampaio, Helen Beatriz Frota Rozados, Regina Céli de Sousa – Presidente do CFB, Lucimar Oliveira Silva, Rosana Chaves Abatti, Maria de Fátima Almeida Braga, Kátia Lúcia Pacheco, Isaura Lima Maciel Soares, Adelaide Ramos e Côrte, Eliane Lourdes da Silva Moro, Williams Jorge Corrêa Pinheiro

EXPEDIENTE:
Conselho Federal de Biblioteconomia –
16ª GESTÃO (2013/2015)

DIRETORIA:

Presidente: Regina Céli de Sousa –
CRB-8/2385. **Vice-Presidente:** Adelaide Ramos e Côrte – CRB-1/423. **1ª Secretária:** Isaura Lima Maciel Soares – CRB-7/1489. **2ª Secretária:** Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239. **Tesoureira:** Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243

COMISSÕES PERMANENTES:

• **CDV – Comissão de Divulgação**
Coordenador: Williams Jorge Corrêa Pinheiro – CRB-2/802. **Membros:** Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239 e Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243.
• **CLN – Comissão de Legislação e Normas**
Coordenadora: Maria de Fátima Almeida Braga – CRB-13/014. **Membros:** Adelaide Ramos e Côrte – CRB-1/423 e Isaura Lima Maciel Soares – CRB-7/1489.
• **CEP – Comissão de Ética Profissional**
Coordenadora: Rosana Chaves Abatti – CRB-14/458. **Membros:** Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881 e Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039.
• **CL – Comissão de Licitação**
Coordenador: Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039. **Membros:** Helen Beatriz Frota Rozados – CRB-10/668 e Tatiana Paula Martins (funcionária).
• **CTC – Comissão de Tomada de Contas**
Coordenadora: Kátia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709. **Membros:** Rosana Chaves Abatti – CRB-14/458 e Maria Raimunda de Sousa Sampaio – CRB-2/865.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS:

• **Comissão de Assessoria Parlamentar**
Coordenadora: Adelaide Ramos e Côrte – CRB-1/423. **Membros:** Cristian José Oliveira Santos – CRB-11/1812 e Cintia Mara Machado Ferreira da Costa – CRB-1/1895.
• **Comissão Bibliotecas Escolares e Públicas**
Coordenadora: Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881. **Membros:** Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039 e Francisca Rosaline Leite Mota – CRB-4/1714.
• **Comissão de Cadastro de Profissionais e de Bibliotecas**
Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados – CRB-10/668. **Membros:** Maria de Fátima Almeida Braga – CRB-13/014 e Williams Jorge Corrêa Pinheiro – CRB-2/802.
• **Comissão de Ensino**
Coordenadora: Helen Beatriz Frota Rozados – CRB-10/668. **Membros:** Francisca Rosaline Leite Mota – CRB-4/1714 e Maria Raimunda de Sousa Sampaio – CRB-2/865.
• **Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias**
Membros: Adelaide Ramos e Corte – CRB-1/423, Cristiane Camizão Rokicki – CRB-8/6256, Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo – CRB-5/1213, Leila Rabello de Oliveira – CRB-8/4037, Luiz Atílio Vicentini – CRB8/2870, Marcia Valéria Brito Costa – CRB-7/4114, Marta Lígia Pomim Valentim CRB-8/3663, Paula Maria A. Cotta de Mello – CRB-7/3659 e Valéria Maria Soledade de Almeida – CRB-1/1387.
• **Comissão de Estudos "Lei da Biblioteca"**
Coordenadora: Angélica Conceição Dias Miranda – CRB10/1102. **Membros:** Adelaide Ramos e Côrte – CRB-1/423, Williams Jorge Corrêa Pinheiro – CRB-2/802, Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039, Francisca Rosaline Leite Mota – CRB-4/1714, Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881, Helen Beatriz Frota Rozados – CRB-10/668 e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – CRB-7/4166.
• **Comissão de Informática**
Coordenadora: Maria Raimunda de Sousa Sampaio – CRB2/865. **Membro:** Ailton Moreira da Rocha – Funcionário.
• **Comissão "Padrões Mínimos Para Bibliotecas"**
Coordenador: Marcos Paulo Viana – CRB-5/1617. **Membros:** Adelaide Ramos e Côrte – CRB-1/423, Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243, Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881, Francisca Rosaline Leite Mota – CRB-4/1714, Raimundo Martins de Lima – CRB-11/039, Maria Marta Sienna – CRB-9/759 e Anderson Morais Chalaça – CRB-7/5661.
• **Comissão de Acompanhamento do Relatório de Gestão – TCU**
Coordenadora: Katia Lúcia Pacheco – CRB-6/1709.
Membros: Sandra Maria Dantas Cabral – CRB-3/243 e Lucimar Oliveira Silva – CRB-5/1239.

FUNCIONÁRIOS:

Roberto Barros Cardoso – Gerente Administrativo, Rodrigo Magalhães de Oliveira – Assessor jurídico, Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo, Tatiana Paula Martins – Auxiliar Administrativa e Neracy Fernandes da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais

ASSESSORIA CONTÁBIL

Empresa: CTA Contabilidade e Auditoria Ltda.

Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB
SRTV/N Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF.
Telefones: (61)3328-2896/(61)3328-2080
Fax (61)3328-2894. www.cfb.org.br e cfb.org.br



Bibliotecário, conheça o Portal Saúde baseada em evidências

Criado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), o Portal Saúde Baseada em Evidências é uma iniciativa que visa contribuir com a formação e aperfeiçoamento dos profissionais da saúde. Por meio dele, é possível ter acesso rápido ao conhecimento científico com publicações atuais e sistematicamente revisadas, providas de evidências científicas utilizadas para apoiar a prática clínica, como também a tomada de decisão para a democratização das condições de acesso, nas suas áreas de atuação, com conteúdos que os ajudarão a atender com mais qualidade os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Portal está disponível também aos profissionais bibliotecários, com publicações que apresentam protocolos clínicos, atuais e sistematicamente revisados, baseados em evidências que auxiliam na tomada de decisão para a gestão em saúde e qualificação do cuidado. A participação dos profissionais do Sistema Conselho Federal e Regionais de Biblioteconomia no Portal representa uma parceria fundamental com o Ministério da Saúde por serem esses profissionais importantes multiplicadores do conteúdo disponibilizado. Vale ressaltar também o potencial dos bibliotecários para a capacitação dos profissionais de Saúde na utilização das ferramentas disponíveis no Portal de Evidências.

VEJA COMO É SIMPLES UTILIZAR O PORTAL:

- 1º Passo:** Acesse periodicos.saude.gov.br e clique em "Acesse aqui os periódicos".
- 2º Passo:** No menu "Perfil" escolha a opção "Profissional".
- 3º Passo:** No menu "Usuário que não possui acesso" (canto inferior esquerdo da página) clique em "Cadastro de novo usuário".
- 4º Passo:** Na próxima etapa no menu "Conselhos", você deverá selecionar a sigla do seu Conselho Federal de Classe, no caso "CFB". Na sequência, é necessário informar seu número de registro profissional, unidade da federação e data de nascimento. Preenchidos esses campos, clique em "Avançar".
- 5º Passo:** Realizado os passos anteriores, surgirá o formulário de "Cadastro de Usuário" com todas as informações já preenchidas, faltando apenas que você informe seu endereço de e-mail. Ainda nessa tela você deverá criar e confirmar uma senha, que lhe dará acesso ao Portal. Em seguida, clique em "Gravar" e finalize o cadastro. Pronto! Agora basta acessar o Portal e utilizar todos os materiais disponíveis. **Maiores informações pelo e-mail: periodicos@saude.gov.br.**

Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas

Conheça a íntegra do Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas, elaborado pelo CFB e aprovado por todos os Conselhos Regionais de Biblioteconomia e pelos Conselhos de outras profissões, durante evento da Associação dos Conselhos Profissionais – ASCOP. Este documento foi encaminhado para os deputados, senadores, secretários de educação, governadores e a Presidente da República.

Ao longo da história, coube às bibliotecas abrigarem o legado do conhecimento da humanidade. Hoje dada a crescente democratização do acesso à informação e ao conhecimento precisamos repensar esse papel, considerando sua dimensão política enquanto locus do estabelecimento de relações, intervenção e empreendimentos, permitindo o desenvolvimento e a independência do indivíduo por meio do acesso à informação e sua dimensão social que promove a integração entre as pessoas, aumentando o nível de informação, de comunicação, de educação e de cultura.

O direito dos cidadãos à informação e ao conhecimento é dever do Estado e a formulação de uma política nacional de bibliotecas tem como ponto de partida o reconhecimento das necessidades de informação que os membros de um corpo social possuem, seja para tomada de decisão ou para obter uma nova informação, individual ou institucional.

O valor das bibliotecas reside na formação do indivíduo e no desenvolvimento do corpo social e, também, nos serviços prestados à sociedade, tais como: educação para todos, aprendizado ao longo da vida, conservação dos ideais democráticos e inclusão social.

Assim, os profissionais reunidos no 5º ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS, realizado na cidade de Florianópolis, no período de 17 a 19 de outubro de 2013, enfatizam o apoio e a defesa ao “MANIFESTO NACIONAL EM DEFESA DAS BIBLIOTECAS”, e no qual apresentam as seguintes recomendações:

GOVERNO

- G1) É essencial que estabeleça políticas públicas de formação do bibliotecário.
- G2) É necessário que as Bibliotecas tenham condições de infraestrutura para que o Bibliotecário e sua equipe estabeleçam programas de competência em informação para o seu público.
- G3) Que na publicidade das ações de governo, os gestores públicos reconheçam publicamente os valores sociais que a Biblioteca tem para a sociedade civil.

SOCIEDADE

- S1) Que a Sociedade exija serviços de qualidade das Bibliotecas, com pessoal qualificado e habilitado.

BIBLIOTECÁRIO

- B1) O bibliotecário é o profissional na relação de acesso e a utilização entre os recursos informacionais e os usuários das unidades de informação.
- B2) Que a biblioteca trabalhe sistematicamente no estabelecimento de parcerias para a criação e ofertas de produtos e serviços para a sociedade.

Para o desenvolvimento do cidadão, da Cidade, do Estado e da Nação as bibliotecas devem existir em plena condição de funcionamento e uso. Neste sentido clamamos todas as categorias profissionais que apoiem o Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas.



Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CFB se posiciona em relação ao trabalho de José Dirceu

Em dezembro, o Conselho Federal de Biblioteconomia, emitiu nota à imprensa defendendo a obrigatoriedade do diploma de bacharel e o registro profissional no Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) para exercer a profissão de bibliotecário. O que motivou o comunicado foi a informação veiculada pela mídia de que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado a 10 anos em regime fechado na Ação Penal 470, entrou

com pedido para trabalhar fora da prisão, como organizador da biblioteca de um escritório de advocacia em Brasília.

No comunicado, o CFB ressaltou que mesmo com a formação de advogado, Dirceu só pode atuar em serviços relacionados à pesquisa sob a supervisão de um profissional. “É um equívoco acreditar que as funções do bibliotecário se resumem a controlar os empréstimos e a entrada e saída de livros. Sua atuação é

abrangente e tem como base a informação. Isso implica no planejamento, construção e operação de banco de dados e repositórios de conteúdos, na promoção e interface entre os usuários e o acesso à informação, executando atividades relativas à seleção, aquisição e tratamento do acervo, bem como da execução dos serviços de disseminação da informação, entre outros”, disse. A nota alerta, ainda, que cabe ao CFB e a seus Conselhos Regionais fiscalizarem o emprego as atividades de Bibliotecário e a atuação de leigos na função. As infrações à legislação são passíveis de autuação, procedimentos administrativos e criminais.



Quadro Geral da Receita

RECEITA	QUADRO GERAL DA RECEITA				
	RECEITA ARRECADADA 2010	RECEITA ARRECADADA 2011	RECEITA ARRECADADA 2012	RECEITA ARRECADADA 2013	DIFERENÇA COMPARATIVO 2012/2013
Janeiro	253.381,95	276.438,03	329.456,26	414.637,86	85.181,60
Fevereiro	262.249,90	314.603,40	339.222,06	379.903,42	40.681,36
Março	124.136,39	145.374,37	149.595,75	148.434,56	-1.161,19
Abril	107.205,34	131.956,67	171.476,80	146.529,44	-24.947,36
Maio	52.934,44	55.574,72	63.349,35	63.802,43	453,08
Junho	42.685,82	50.558,12	52.420,36	61.697,75	9.277,39
Julho	38.299,78	44.546,53	62.582,25	63.668,97	1.086,72
Agosto	41.816,65	47.651,98	61.042,91	61.480,81	437,90
Setembro	39.910,63	45.158,49	50.619,35	55.174,43	4.555,08
Outubro	33.307,81	46.372,45	52.923,87	46.639,37	-6.284,50
Novembro	31.747,17	88.578,08	43.021,84	46.839,58	3.817,74
Dezembro	153.054,91	49.307,77	55.884,77	61.356,26	5.471,49
TOTAIS	1.180.730,79	1.296.120,61	1.431.595,57	1.550.164,88	118.569,31

Quadro Geral da Despesa

DESPESA	QUADRO GERAL DA DESPESA				
	DESPESA REALIZADA 2010	DESPESA REALIZADA 2011	DESPESA REALIZADA 2012	DESPESA REALIZADA 2013	DIFERENÇA COMPARATIVO 2012/2013
Janeiro	84.623,52	46.910,99	59.707,60	116.659,96	56.952,36
Fevereiro	104.589,74	58.221,51	63.106,93	73.200,78	10.093,85
Março	158.676,99	73.283,31	99.262,83	84.251,21	-15.011,62
Abril	125.052,85	78.086,85	56.892,02	66.354,11	9.462,09
Maio	86.918,93	57.567,82	58.442,74	71.312,90	12.870,16
Junho	94.482,04	49.363,73	74.972,47	88.868,58	13.896,11
Julho	67.302,95	55.431,93	53.129,36	106.243,42	53.114,06
Agosto	70.636,29	102.399,94	73.429,04	61.072,34	-12.356,70
Setembro	73.337,51	53.161,36	62.187,14	90.192,76	28.005,62
Outubro	123.686,63	52.562,92	162.742,41	111.786,87	-50.955,54
Novembro	74.181,56	85.433,37	253.251,08	119.627,88	-133.623,20
Dezembro	98.552,80	62.429,39	121.579,69	88.956,14	-32.623,55
TOTAIS	1.162.041,81	774.853,12	1.138.703,31	1.078.526,95	363.850,19

Participação Ativa

Em 2013, o CFB esteve presente em eventos em prol da biblioteconomia brasileira

Reuniões sobre bibliotecas escolares no Instituto Ecofuturo

Em setembro, em Brasília, a presidente do CFB, Regina Céli, participou do encontro promovido pelo Instituto Ecofuturo em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Na ocasião, o pesquisador Ricardo Paes de Barros, atual Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apresentou ações e estudos em curso que visam subsidiar as políticas públicas de leitura em bibliotecas. Entre elas, como expandir a oferta de qualidade; promover maior utilização dos livros disponíveis e compartilhamento entre leitores (Clubes de Leitura); desenvolver a capacidade de leitura, entre outras propostas. O Ecofuturo é uma ONG dedicada a projetos que entrelaçam educação e meio ambiente.

Audiência pública sobre a nova lei de direitos autorais

O encontro realizado na Câmara dos Deputados em setembro trouxe ao conhecimento público as reivindicações dos bibliotecários em relação à nova Lei dos Direitos Autorais. De acordo com a legislação vigente, os bibliotecários não têm o direito de emprestar e digitalizar livros, além de outras proibições que os impedem de exercer plenamente a profissão. Na ocasião, Bianca Amaro de Melo, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), defendeu que a flexibilização da lei beneficiará não só a categoria, como também democratizará o acesso à informação de toda a sociedade brasileira. Atualmente o texto final da lei está sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5.062 e 5.065) ajuizadas pelo Escritório Central de

Arrecadação e Distribuição (ECAD) e pela União Brasileira de Compositores (UBC), instituições contrárias às mudanças.

IX Encontro Internacional de Catalogadores e II Encontro Nacional de Catalogadores

Realizado pela primeira vez no Brasil, e em conjunto com o II Encontro Nacional de Catalogadores, na cidade do Rio de Janeiro, em novembro, o evento serviu para definir a aplicação do Resource Description and Access (RDA) como nova norma de catalogação. Na solenidade de abertura, o CFB destacou que o RDA vai além dos códigos de catalogação anteriores ao prover orientações sobre como catalogar recursos digitais e auxiliar melhor os usuários para obter a informação desejada. Além disso, o sistema contribui para o agrupamento de registros bibliográficos visando mostrar relações entre obras e seus criadores. Essa importante e nova característica torna os usuários mais conscientes das diferentes edições, traduções ou formatos físicos das obras.

Relançamento da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura

Em sessão solene, com direito a sarau literário, o CFB participou em novembro, no espaço da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na Praça da Alfândega, durante a Feira do Livro, do relançamento da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura. Liderada pela vereadora e bibliotecária Fernanda Melchionna e Silva, coordenadora da Frente, ficaram reafirmadas na reunião as políticas de incentivo à leitura em todos os espaços, principalmente em bibliotecas, tendo o bibliotecário como mediador.

Audiência Pública sobre o fechamento da Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha

O município de Icoaraci/PA passa na última década por um embate em defesa da Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha. O Movimento “Grita Icoaraci” – formado por artistas e moradores locais – exige que a Prefeitura e a Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel) mantenham a biblioteca em seu prédio de origem desde o século 19. Em novembro, o CFB participou de uma Audiência Pública na cidade com a presença de representantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Conselho Regional de Biblioteconomia e do Movimento “Grita Icoaraci”. A Fumbel, não representada, enviou apenas uma carta afirmando que o acervo da biblioteca Avertano Rocha, considerado um Patrimônio Histórico Municipal, seria transferido para outro prédio. A decisão não foi aceita pelo Movimento, que decidiu, entre outras providências, não retirar o acervo da Biblioteca até segunda ordem; solicitar um inventário sobre seu acervo; cobrar ações do Ministério Público; e realizar a cada 20 dias um abraço ao prédio da Biblioteca em forma de protesto.

Requerimento nº 75 de 2013 da Comissão de Educação do Senado Federal

A proposta de autoria do Senador Cristovam Buarque propõe a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater um posicionamento da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado quanto à criação de bases legais para a conceituação da Biblioteca, como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes, artes e ciências. O requerimento aguarda parecer da Comissão.

5º Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais

De 17 a 19 de outubro foi realizado o 5º Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais – ENCP, no Centrosul, em Florianópolis. O evento realizado pela Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina (Ascop/SC) reuniu cerca de 600 representantes das entidades que congregam os profissionais com atividades regulamentadas no Brasil. Com o tema “Conselhos Profissionais, um Instrumento de Proteção da Sociedade”, o evento debateu tópicos como fiscalização, responsabilidade civil em profissões regulamentadas, conciliação, ética, Lei Orgânica dos Conselhos e formação e atuação profissional.

A presidente do CFB, Regina Céli Sousa, foi debatedora convidada no painel

“Formação e atuação profissional”, em que apresentou o “Manifesto Nacional em Defesa das Bibliotecas”. O presidente da Ascop encaminhou o documento para deputados, senadores, secretários de educação, governadores e a Presidente da República. Também foi aprovada durante o evento a “Carta de Florianópolis”, reiterando posição pelo fortalecimento das organizações de fiscalização e ética.

XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação

Em seu discurso de abertura, Regina Céli de Sousa destacou que o CFB teve participação ativa na programação do Congresso antes mesmo de sua realização, promovendo Reunião Plenária e a Assembleia Geral do Sistema CFB/CRB, além do Workshop sobre Advocacy, em parceria com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), dedicado aos estudos de matérias relevantes para a atuação e a gestão dos Conselhos na busca por melhor promover e fortalecer a profissão e o desempenho do trabalho bibliotecário.

Para a presidente do CFB, a sociedade brasileira se transformou após a promulgação da Lei 4.084, que regulamenta a profissão. A sociedade vive hoje um processo de centralidade da informação impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação e Informação. Essa revolução exige dos Conselhos uma ação mais ativa e construtiva junto à sociedade em duas frentes: Internamente situa-se no âmbito do próprio Sistema CFB/CRB com o contínuo aperfeiçoamento de seus procedimentos e ações, em cumprimento à Lei que regulamenta a profissão. É necessário instrumentalizar os Conselhos Regionais para a sua função de fiscalização do exercício profissional e motivar o bibliotecário a atuar em defesa da sua profissão. Engajar, participar e envolver é preciso.

Externamente, Regina destaca que as lideranças políticas e os gestores públicos apresentam dificuldade na compreensão dos conceitos básicos do que vem a ser uma biblioteca, suas características e natureza de seus serviços. Confunde-se biblioteca pública com biblioteca que recebe recursos públicos, e se legisla pensando em uma coisa e na verdade é outra muito diferente. Exemplo disso é a Lei do Livro, de nº 10.753, de 2003, uma lei essencial para a sociedade, mas com a grande dificuldade no entendimento do que é uma biblioteca pública. Enquanto nas Instituições de Ensino Superior, alguns gestores alugam acervos e tratam “pessoas com formação na área” para “receberem” as Comissões do MEC, falseando a existência de serviços biblio-

gráficos consolidados e iludindo os avaliadores que aprovam cursos cujas bibliotecas são verdadeiros fantasmas, tanto em relação ao acervo quanto em relação ao profissional que ali deveria desempenhar suas funções em prol de uma educação de qualidade.

A bibliotecária encerrou o discurso ressaltando que o trabalho integrado dos conselheiros federais, dos funcionários e assessorias do CFB, com a contribuição de bibliotecários, dos professores de biblioteconomia e dos Conselhos Regionais está sendo possível planejar e desenvolver ações e projetos que objetivam promover a missão do Conselho Federal de Biblioteconomia em defesa da profissão e em prol da sociedade brasileira pelo acesso a um serviço de informação bibliográfico de qualidade.

OUTROS EVENTOS

- Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (representação mensal);
- Comemorações da Semana do Bibliotecário 2013;
- Seminário Desafios do Livro Digital no Brasil;
- Seminário Direitos Autorais na Câmara dos Deputados;
- Apresentação das Ações do Sistema CFB/CRB para as bibliotecas escolares durante Seminário na FNLIJ;
- Workshop sobre Direitos Autorais;
- IV ENECIN (Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação);
- Reunião Bibliotecas Públicas e acesso à informação, na USP/ECA/CBD;
- Reunião sobre Direitos Autorais no Ministério da Cultura;
- Reunião com o INEP na construção de um Instrumento de Avaliação das Bibliotecas Universitárias pelos Avaliadores nomeados pelo INEP;
- Reunião no Instituto Ecofuturo em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ);
- Oficina do PNLL e da Audiência Pública sobre Livro e Leitura na Câmara dos Deputados;
- Posse do Professor Emir José Suaiden, na Biblioteca Central da Universidade de Brasília;
- Sessão solene em comemoração aos 45 anos do Sistema Conselho Federal/Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia;
- Abertura da 4ª Conferência Luso-brasileira de Acesso Aberto (CONFOA) no SIBI/USP;
- Palestra “Ações do CFB em defesa da Biblioteca Escolar” durante a II Jornada de Biblioteconomia UFRN.

Um ano de muito trabalho

Confira a atuação das Comissões do CFB em 2013

► COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Em maio, após receber denúncia sobre a condução do processo de avaliação das bibliotecas universitárias com fatos que denigrem a imagem do profissional, a diretoria do CFB reuniu-se com a Comissão de Avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), criando, assim, a Comissão de Especialistas em Bibliotecas Universitárias, um marco para a melhoria dos serviços bibliotecários prestados pelas profissionais da área, em benefício da sociedade brasileira. O grupo participou em junho de um workshop com a diretoria do INEP, onde definiram o instrumento de avaliação presencial das bibliotecas brasileiras:

- 1 Vínculo institucional do bibliotecário e registro profissional no Conselho Regional de Biblioteconomia de sua região.
- 2 Número de profissionais bibliotecários atuando na biblioteca.
- 3 Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.
- 4 Orçamento para atualização e ampliação do acervo.
- 5 Execução orçamentária para atualização do acervo da biblioteca.
- 6 Existência da Comissão da Biblioteca.
- 7 Espaços destinados a estudo individual e em grupo.



- 8 Equipamentos de informática disponíveis para consulta ao acervo.
- 9 Equipamentos de informática disponíveis para a realização de pesquisas/estudos.
- 10 Laboratórios de informática disponíveis para a realização de pesquisas/estudos.
- 11 Salas especiais de multimídias próprias ou compartilhadas.
- 12 Atendimento às normas e condições de acessibilidade física.
- 13 Atendimento às normas e condições de acessibilidade à biblioteca.
- 14 Atendimento às normas e condições de acessibilidade aos conteúdos informacionais da biblioteca.
- 15 Atendimento às normas e condições de acessibilidade no que tange às tecnologias de informação e comunicação.
- 16 Participação da biblioteca em redes e serviços cooperativos.
- 17 Censo da Educação Superior e o instrumento de avaliação.
- 18 Bibliotecário da IES é membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e demais comissões na IES.
- 19 O bibliotecário possui acesso aos projetos pedagógicos de curso e planos de ensino.
- 20 Portal de periódicos da CAPES, complementar ao acervo impresso e em condições de acesso pelo usuário.
- 21 Assinaturas de periódicos, na forma impressa, no caso em que a IES não mantém cursos de pós-graduação em qualquer um dos níveis.
- 22 Acervo eletrônico de periódicos complementares ao acervo impresso e em condições de acesso pelo usuário.
- 23 Acesso aos conteúdos eletrônicos [e-books e outros materiais] pelo usuário.
- 24 Quantidade dos materiais que compõem o acervo da biblioteca.
- 25 Empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, reserva e renovação informatizadas.
- 26 Catálogo informatizado disponível na internet.
- 27 Horário de funcionamento da biblioteca.
- 28 Acervo informatizado.

► COMISSÃO DE ENSINO

Processo Faculdade Juvêncio Terra (Bahia)

Atendendo a solicitação dos egressos da instituição, foi encaminhada solicitação buscando inscrevê-los nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), visto que o diploma da faculdade não contempla o título de Bacharel em Biblioteconomia. A Comissão, após análise do processo, entendeu que para auxiliar os alunos a finalizar o curso, o único procedimento possível é oferecer algumas disciplinas que, depois de cursadas, permitiriam aos estudantes ter um novo diploma, como aconteceu com a PUC Campinas.

Ensino à Distância

Em setembro, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada reunião para discutir aspectos legais da produção do material didático e dos conteudistas do projeto do curso de Biblioteconomia na modalidade Ensino a Distância (EAD) para a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Disciplina de Ética

Para constatar se os currículos das faculdades de Biblioteconomia contemplam a matéria de Ética, seja como disciplina efetiva ou conteúdo inserido em alguma outra, foi realizado um levantamento prévio, em sites das instituições, a partir da relação disponibilizada na página da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).

Técnico em Biblioteconomia

A Comissão recebeu documento da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC) referente à Consulta Pública para a reestruturação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Após análise, sugeriu alterações referentes ao curso de técnico em biblioteconomia, encaminhando-as à Diretoria para as devidas providências.

Participação em Eventos

Além dos eventos do Sistema CFB/CRB, a Comissão participou das comemorações da Semana do Bibliotecário 2013; do XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação e do IV ENECIN (Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação).

► COMISSÃO DE CADASTRO

Participação em Eventos

Além dos eventos organizados pelo Sistema CFB/CRB, a Comissão participou dos seguintes eventos nacionais: Comemorações da Semana do Bibliotecário 2013; XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; IV ENECIN (Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação).

Metas para 2014

Consolidação e divulgação dos dados recolhidos no censo do bibliotecário

- apresentar, até novembro de 2014, análises dos dados coletados do censo nacional de bibliotecários;
- divulgar, durante o ano de 2014, por meio de eventos, da mídia e de publicações, os dados consolidados.
- Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas

Quantidade de Bibliotecas na Rede Pública de Ensino

Durante o ano, a Comissão realizou levantamento de dados sobre quantas bibliotecas existem na rede pública estadual e municipal (das capitais dos Estados), no ensino fundamental e médio e, ainda, a quantidade de bibliotecários nas bibliotecas escolares. Para isso, foi encaminhado ofício às Secretarias Municipais de Educação das capitais e às Secretarias de Estado da Educação de todas as Unidades da Federação. A meta não foi concluída em sua totalidade, apesar das reiterações da solicitação pelo CFB.

Quadro das Redes de Bibliotecas Escolares nos Estados e Municípios

Estado/Capital	Nº de Escolas	Nº de Bibliotecas	Bibliotecários
Acre	651	282	0
Maceió/AL		62	3
Amapá	414	197	Não informou
Manaus/AM			
Bahia	1417	716	40
Distrito Federal (Brasília)	440	294	11
Espírito Santo	542	413	2 (SEC)*
Vitória/ES	53	50	Não Informado
Goiás	1095	855	
Goiânia/GO	168	124 (Salas de leitura)	
Maranhão	1233	535	10
São Luís/MA	100	0	0
Minas Gerais	3686	3404	Não tem Bibliotecário
Belo Horizonte/MG	255	188	Afirma que todas têm bibliotecário, mas não informa o número
Pará	1045	541	3
João Pessoa/PB	96	77	0
Curitiba/PR	181	191 (inclui as do Farol do Saber)	5
Rio de Janeiro/RJ	1078	1078 salas de leitura 16 bibliotecas (BEM)	10 23 (BEM)
Natal/RN	665	486	Não tem bibliotecário
Porto Alegre/RS	96	59	2+4 no Sistema
Porto Velho/RO	7	4	Não tem bibliotecário
Boa Vista/RR	58	11	0
Florianópolis/SC	74	66	32
São Paulo	5189 (DE + Salas de leitura)	2923	102
São Paulo/SP	555 45 CEUS	555 Salas de leitura 45	961 (cada CEUS possui 3 bibliotecários)
Tocantins	538	391	0

Nº de Estados que enviaram dados	10
Nº de Estados que não enviaram dados	16
Nº de Capitais que enviaram dados	13 +1 (DF)
Nº de Capitais que não enviaram dados	13
Nº de bibliotecários em escolas estaduais	157
Nº de bibliotecários em escolas municipais	1040+11 (DF)

Participação da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas no Rio Grande do Sul

A Comissão esteve presente nos Fóruns Gaúchos de Melhoria de Bibliotecas Escolares (FGMBE) realizados no ano de 2013 nas cidades de Porto Alegre, Igrejinha, Nova Petrópolis e Cachoeirinha.

Contribuição na Elaboração e Análise do Texto do Substitutivo do Projeto 28/2012 (Projeto de Lei nº 3.044, de 2008), de Autoria do Deputado Sandes Júnior

Os Membros da Comissão juntamente com a Presidente do CFB reuniram-se em setembro na cidade de São Paulo para elaborar e encaminhar o texto do Substitutivo do Projeto 28/2012, que trata das bibliotecas escolares, a partir do Parecer elaborado pelo Conselheiro Raimundo Martins de Lima, encaminhando a Proposta de Alteração do seu texto e da justificativa.

Contribuição na Alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para Instituir a Obrigatoriedade de Criação e Manutenção de Bibliotecas Escolares em todas as Instituições Públicas de Ensino

A Comissão reuniu-se com a Comissão de Bibliotecas Escolares da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) durante o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) em julho de 2013, em Florianópolis/SC. Foi elaborado um parecer contribuindo com sugestões e modificações na redação do texto.

Encontro com a Comissão de Bibliotecas Escolares da FEBAB

Em reunião conjunta com a Comissão de Bibliotecas Escolares da FEBAB, por ocasião da realização do XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), em julho de 2013, na cidade de Florianópolis/SC, iniciando um diálogo para programação de ação conjunta no próximo CBBDD.

Participação dos Membros da Comissão no Seminário de Bibliotecas Escolares e Seminário de Bibliotecas Públicas no XXV CBBDD

Os integrantes da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas participaram do Seminário de Bibliotecas Escolares promovido

pela FEBAB durante o XXV CBBDD e do Seminário de Bibliotecas Públicas promovido pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) durante o XXV CBBDD.

► COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Análise da proposta de Resolução que dispõe sobre as regras de conciliação de débitos

Analisa proposta de conciliação de débitos.

Análise e aprovação da proposta de alteração da Resolução CFB nº 073/2005, resultando na nova Resolução CFB nº 140/2014

Consolidou as sugestões apresentadas pelos Conselhos Regionais, pela Comissão de Tomada de Contas (CTC), pela Consultoria Contábil (CTA) e pela Conjur.

Alteração da Resolução CFB nº 121/2011

Uma consulta realizada pelo CRB-8 sobre a obrigatoriedade do pagamento de anuidade pelo profissional professor e outra realizada pelo CRB-10 sobre a retenção da Carteira de Identidade Profissional, regulamentada pela Resolução CFB nº 121/2011, art. 2º, § 2º, em relação a como proceder em relação às reclamações recebidas de profissionais quando requerem o cancelamento por aposentadoria. Após consulta à consultoria jurídica, a Comissão reconheceu que o Decreto Federal 5.773/2006 contraria o disposto na Resolução do Conselho e sugeriu que a referida Resolução fosse alterada contemplando os dois assuntos constantes na mesma Resolução, ficando a seguinte ementa: "Altera o § 2º e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 2º e revoga a letra 'c' do § 1º do art. 6º, da referida resolução, que dispõe sobre a licença, o cancelamento e a suspensão de registro de pessoa física e jurídica, perante os Conselhos Regionais de Biblioteconomia". A proposta foi aprovada na sessão plenária do dia 15 de outubro de 2013, e contemplada pela publicação da Resolução CFB nº 138/2013.

Auditoria Independente no Sistema CFB/CRB (Res. CFB 131, de 28 de dezembro de 2012)

Após considerar que o julgamento dos relatórios de gestão

e das peças complementares dos processos de prestação de contas dos órgãos de fiscalização profissional compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) e também que a assessoria contábil do CFB contempla a auditoria dos CRB, a Comissão sugeriu a revogação da resolução 131, de 28 de dezembro de 2012. A proposta foi aprovada na sessão plenária do dia 15 de outubro de 2013 e contemplada pela publicação da Resolução CFB nº 137/2013.

Resolução que dispõe sobre a Concessão de Diárias e Ajuda de Custo aos Membros do Conselho Federal de Biblioteconomia

A comissão analisou a proposta apresentada, fez os ajustes que considerou necessários e o documento foi aprovado por unanimidade na sessão plenária de 15 de outubro de 2013 e contemplada pela publicação da Resolução CFB nº 141/2013.

Resolução que dispõe sobre a fixação de valores de anuidades e taxas devidas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2014

Elaborada minuta de resolução que fixa os valores das anuidades e taxas devidas aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2014. A proposta foi aprovada na sessão plenária do dia 15 de outubro de 2013 e contemplada pela publicação da Resolução CFB nº 139/2013.

Projeto de Lei nº 6.038/2013

Com base na consultoria jurídica do CFB e análise de artigos da Lei nº 4.084/62 e do Decreto 56.725/65, a comissão concluiu o documento que "Regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia". O projeto vai além da aprovação do cargo de Técnico em Biblioteconomia. Dá nova redação ao artigo 11 e revoga os artigos 12, 13, 34 e 35 da Lei nº 4.084/62, dá nova redação aos artigos 17 e 22 e revoga os artigos 18, 19 e 21 do Decreto nº 56.725/65. Referido documento foi encaminhado para a deputada Andréia Zito.

Conheça a íntegra em "Projetos de lei de interesse da classe bibliotecária em tramitação no Congresso Nacional".

Metas para 2014

Revisão do regimento interno

- Analisar o conteúdo do regimento interno compatibilizando-o com as legislações e sugestões recebidas dos CRB.

Implantar Sistema de Informação Legislativa

- Identificar e compilar a legislação interna e suas alterações.
- Identificar a legislação externa de interesse do CFB.

Elaboração da legislação do CFB

- Atender às solicitações e necessidades de normatização para o CFB.
- Elaboração de documentos normativos demandados pelo CFB.

► COMISSÃO TEMPORÁRIA DE INFORMÁTICA

Visando melhorar o fluxo e gestão da informação no sistema CFB/CRB, a Comissão fez as seguintes sugestões:

- mudança no *site* do CFB/CRB;
- mudança do servidor por questões de espaço físico de memória;
- troca dos equipamentos *hardware* e *software*: *notebook*, *desktop*, impressoras,
- datashow e licenciamentos dos *softwares*;
- consolidar os dados dos CRB sistema de informática;
- aquisição de um sistema legislativo e de gerenciamento de informação para o
- Sistema CFB/CRB.

Metas para 2014

Tecnologia da Informação

- acompanhar as mudanças de infraestrutura de TI do Sistema CFB/CRB;
- acompanhar as instalações de *hardware* e *software* no Sistema CFB/CRB.

► COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Abertura de Processos Licitatórios

Foram analisados cinco processos, cujos objetos e deliberações estão destacados a seguir:

- a. Processo licitatório para contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.
- b. Processo licitatório para contratação de serviço técnico especializado de assessoria parlamentar.
- c. Processo de contratação dos serviços técnicos profissionais de contabilidade pública.
- d. Processo de contratação de empresa para prestação de serviços de análise, programação, conversão e consultoria dos sistemas de processamento de dados.
- e. Processo de contratação de serviços técnicos de assessoria de comunicação social.

Seminários Regionais em Bibliotecas Escolares e Públicas

Os Seminários estão previstos para abranger quatro das cinco regiões brasileiras, com a realização nos seguintes estados e regiões: Amazonas/Norte (mês de maio de 2014), Pernambuco/Nordeste (mês de julho de 2014), Paraná/Sul (mês de setembro de 2014) e Minas Gerais/Sudeste (mês de novembro de 2014).

► COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

Metas para 2014

Edição de nova versão do *site* do Sistema CFB/CRB

- Desenvolver estudo de opinião (Diretoria do CFB + CDV + CRB + Empresa Especializada) para definição e implantação do novo formato do site.

Elaborar minuta de edital para contratação de empresa privada especializada em desenvolver serviços de comunicação e jornalismo

Desenvolver novos produtos de divulgação (impresso e audiovisual) que visem melhor promover o profissional bibliotecário no cenário nacional

- criação de vídeo profissional que possa ser veiculado em canais abertos e fechados de televisão;
- criação de vídeo profissional que possa ser veiculado nas redes sociais, assim como ser distribuído para os CRB e Faculdades e/ou cursos de Biblioteconomia.

Implantar política de divulgação integrada entre os órgãos do Sistema CFB/CRB

- Padronizar os produtos e serviços de

divulgação de informações para classe de bibliotecários em todo o país.

Regularizar a produção do informativo bimensal (versão *on-line*) com informações dos órgãos do Sistema CFB/CRB.

► COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Durante o ano, a Comissão realizou cinco reuniões ordinárias, em que foram discutidos alguns aspectos operacionais relativos à sua atuação (filosofia de trabalho, plano de metas e definição da sua coordenação) e conceituais sobre os fundamentos da prática profissional, projetando a adoção do princípio da alteridade. Discussões que levaram à conclusão da necessidade de reformular o Código de Ética do Bibliotecário vigente, em bases republicanas, para o que foi eleita a realização de Seminários Regionais (2014) e Nacional (2015) para discutir o tema com a categoria e coletar subsídios para promover essa reformulação.

A Comissão organizou também o Seminário de Ética Profissional do

Bibliotecário, durante o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) em julho, na cidade de Florianópolis/SC. Foram realizadas duas palestras: Ética, moral e exercício profissional, proferida pelo Dr. Guilherme de Almeida Bossle; e outra dirigida às práticas bibliotecárias: A biblioteca é de quem? Estabelecendo fronteiras entre o público e o privado na consolidação da ética bibliotecária brasileira, proferida pelo Dr. Cristian Santos.

► COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

A Comissão reuniu-se mensalmente durante o ano, num total de 13 reuniões. Elas tiveram como objetivo principal manter contato direto com os Conselhos Regionais e seus assessores contábeis, com o objetivo de orientar e agilizar o andamento dos processos de balancetes mensais, prestações de contas anual, reformulações orçamentárias e também eliminar as pendências de processos e entendimentos da normalização das peças processuais.



Técnico em Biblioteconomia

Conheça a íntegra da minuta do projeto de lei encaminhado para a relatora, a deputada federal Andreia Zito

Projeto de Lei nº 6.038, de 2013.
(Dep. Federal Sr. JOSÉ STÉDILE)

Regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida à atividade de Técnico em Biblioteconomia como profissão regulamentada, na forma da presente lei.

Art. 2º Considera-se Técnico em Biblioteconomia o profissional legalmente habilitado em curso de qualificação específica.

Art. 3º São condições mínimas para o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia:

I – possuir diploma de nível médio de Técnico em Biblioteconomia, expedido no Brasil, por escolas oficiais ou reconhecidas na forma da lei;

II – possuir diploma de nível médio de Técnico em Biblioteconomia, expedido por escola estrangeira, revalidado no Brasil de acordo com a legislação em vigor;

III – possuir registro e estar em dia com suas obrigações junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia de sua jurisdição;

IV – exercer suas atividades sob a supervisão de Bibliotecário com registro em CRB.

Art. 4º Compete aos Técnicos em Biblioteconomia, observando-se os limites de sua formação e sob a supervisão do Bibliotecário:

I – auxiliar nas atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação;

II – auxiliar no planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural das instituições em que atuam.

Art. 5º Cabe ao Conselho Federal de Biblioteconomia regular sobre o Código de Ética, anuidade e atribuições do Técnico em Biblioteconomia e aos Conselhos Regionais a fiscalização do seu exercício profissional.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

▶ OUTROS PROJETOS

Câmara dos Deputados

1 Nº PL 2361/2011

Autor: Deputado Carlinhos Almeida (PT/SP)

Relator: Deputado Lael Varella (DEM/MG)

Objeto: Garantir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória.

Posição/CFB: Solicita estudos mais aprofundados sobre a matéria

Situação atual: O PL está na Comissão de Trabalho aguardando decisão terminativa, pela rejeição. Não é possível apresentar emendas. O assessor parlamentar recomenda iniciar outro PL sobre o assunto com os estudos feitos pelo CFB. Correspondência entregue ao relator.

2 Nº PL3088/2012 – apensados PL 2460/2011 e PL 3881/2012

Autor: Senador Paulo Baier (PSDB/SC)

Relator: Deputado Alex Canziani (PTB-PR)

Objeto: Programa de seleção, aquisição e distribuição de material didático para a educação básica – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Posição/CFB: Solicita ampliação do prazo de relatoria para realizar estudos técnicos visando aprofundamento do tema

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Deputado. Correspondência entregue ao relator.

3 Nº PL 3199/2012

Autor: Deputado João Paulo Lima (PT/PE)

Relator: Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS)

Objeto: Institui o Programa de Incentivo e Apoio a Novos Escritores Brasileiros (PAINEB)

Posição/CFB: Apoio ao PL por entender que este projeto beneficia a sociedade brasileira e colabora com o surgimento de novos valores na cultura brasileira

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Deputado. Correspondência entregue ao relator.

4 Nº PL 3727/2012

Autor: Deputado José Stédile (PSB/RS)

Relator: Deputado Pinto Itamaraty (PSDB-MA)

Objeto: Universalização das bibliotecas públicas

Posição/CFB: Apoio por entender que este projeto beneficia a sociedade brasileira de maneira geral e permitirá acesso ao cidadão, de importantes fontes de informação e serviços disponíveis e oferecidos pelas bibliotecas públicas e ainda incentivará o hábito de leitura característica fundamental para uma sociedade que quer ser justa e desenvolvida social, cultural, econômica, tecnológica e cientificamente. Ressalta, ainda, a importância de ser ouvida a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura, especialmente no que se refere ao conceito de biblioteca pública. Correspondência entregue ao relator.

5 Nº PL4534/2012

Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relator: Deputada Fátima Bezerra (PT/RN)

Objeto: Atualizar definição de livro

Posição/CFB: Apresentou definição sobre livro digital

Situação atual: Aguardando pronunciamento da Deputada. Correspondência entregue ao relator.

6 Nº PL 4601/2012

Autor: Deputado Major Fábio (DEM/PB)

Relator: Aguardando designação relatoria

Objeto: Obrigatoriedade de disponibilizar exemplares da Constituição Federal nas bibliotecas escolares

Posição/CFB: Apoio por entender que é direito de cada criança em fase escolar ter acesso e conhecer com profundidade o documento mais importante para a construção da cidadania que é a nossa Carta Magna.

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Deputado. Correspondência entregue ao autor.

7 Nº PL 5808/2013

Autor: Senador Valadares Filho (PSB/SE)

Relator: Deputado José Stédile (PSB-RS)

Objeto: Alocação de recursos para atualização de acervos das bibliotecas públicas municipais, estaduais, do Distrito Federal, federais, universitárias, escolares e as pertencentes a organizações não governamentais

Posição/CFB: Apoio, alertando para a necessidade de maiores estudos e observar as características de cada tipo de biblioteca

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Deputado. Correspondência entregue ao relator.

8 Nº PLC 6038/2013

Autor: Deputado José Stédile (PSB/RS)

Relator: Deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

Objeto: Regulamenta a profissão de Técnico em Biblioteconomia

Posição/CFB: Apoio e apresenta redação ao PL sobre o registro do Técnico nos CRBs

Situação atual: Aguardando posição da deputada. Correspondência entregue ao relator.

Senado Federal

9 Nº PLS 204/2013

Autor: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Relator: Senadora Angela Portela (PT/RR)

Objeto: Inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Posição/CFB: Apoio por entender que é direito de cada criança, cada adolescente, cada adulto ter acesso à literatura, contar com livros em sua residência e ter acesso à tecnologia da informação e com isso tendo direitos que reforcem sua cidadania.

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Senador. Correspondência entregue ao autor.

10 Nº PL 204/2013

Autor: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Relator: Senadora Angela Portela (PT/RR)

Objeto: Dispõe sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Posição do CFB: Apoio por caracterizar-se como importante projeto social e sobretudo educacional

Situação atual: Aguardando pronunciamento da Senadora. Correspondência entregue à relatora.

11 Nº PLS 256/2012

Autor: Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relator: Senadora ANA RITA (PT-ES)

Objeto: Implantação de bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio

Posição/CFB: Apoio por entender que é direito de cada criança, cada adolescente contar com excelentes bibliotecas em complementação ao processo ensino aprendizagem e ainda e ter acesso à tecnologia da informação reforçando sua cidadania.

Situação atual: Aguardando pronunciamento da Senadora. Correspondência entregue à relatora.

12 Nº PLS 369/2012

Autoria: Senador Clésio Andrade (PMDB/MG)

Relator: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Objeto: Isenção de tarifas para envio de livros a bibliotecas públicas, por entender que essa isenção trará grandes benefícios à ampliação dos acervos e motivando o surgimento de doadores de importantes obras às bibliotecas públicas

Posição/CFB: Apoio por entender ser importante projeto social e, sobretudo, educacional.

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Senador. Correspondência entregue ao autor.

13 Nº PL 369/2012

Autor: Senador Clésio Andrade (PMDB/MG)

Relator: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Objeto: Isenção de tarifas para envio de livros a bibliotecas públicas

Posição/CFB: Apoio por caracterizar-se como importante projeto social e, sobretudo, educacional.

Situação atual: Aguardando pronunciamento da Senadora. Correspondência entregue ao relator.

14 Nº PL 612/2007

Relator: Senador Cícero Lucena (PSDB/PB)

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Objeto: Utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático o Ministério da Educação

Posição/CFB: Apoio, solicitando observar se as características do papel apontadas no relatório estão de acordo com a legislação e as especificações técnicas da área e qual foi a instituição que orientou nesse sentido, reconhecendo no PL 612/2007 um importante projeto social que beneficia a sociedade brasileira.

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Senador. Correspondência entregue ao relator

15 Nº PRS 56/2008

Autor: Senador Gerson Camata (PMDB/ES)

Relator: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)

Objeto: Criação do Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação de Livros Didáticos

Posição/CFB: Apoio e solicitação que o CFB esteja representado no referido GT

Situação atual: Aguardando pronunciamento do Senador. Correspondência entregue ao relator.

Reuniões Realizadas

16 Parlamentar: SENADOR ALFREDO NASCIMENTO (PR/AM)

Assunto: Áudio livro

Participantes: Narciso, assessor do Senador, Adelaide (CFB), Jenner e Lucas (Parlamento)

Decisões tomadas

- o assessor solicita fundamentação teórica e técnica para elaborar PL que trata do áudio livro;
- verificar a posição do SNELL sobre o assunto;
- verificar ações do PNLL sobre o assunto;
- trabalhar com a ideia de programas que incentivem o voluntariado, atrair editores e empresas de telecomunicações, premiação, selos, benefícios, etc.

17 Parlamentar: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)

Assunto: LEI DA BIBLIOTECA

Participantes: Ivônio, assessor do Senador, Adelaide (CFB) e Lucas (Parlamento)

Decisões tomadas

- preparar a primeira audiência pública para o mês de abril de 2014, data que poderá ser alterada de acordo com a dinâmica do Senado à época;
- abordar os três aspectos da Lei: conceito, tecnologia e estudo comparativo com países da América Latina, EUA, Canadá e França;
- essa primeira audiência deverá abordar a importância do tema e a necessidade da Lei, avaliar as políticas públicas na área, identificar lacunas e a necessidade de debater o tema;
- deve ter no máximo, duas horas de duração;
- essa audiência definirá os rumos a tomar e o tempo de preparação do PL.